



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

A MÍDIA PORTUGUESA E O RETORNO DOS NACIONAIS

Carolina Peixoto

Doutoranda em Pós-colonialismos e Cidadania Global – CES/FEUC

carolina.peixoto@gmail.com

Introdução:

Em 1974 Angola possuía a segunda maior população branca na África, superada apenas pela África do Sul. Na então colônia portuguesa os brancos dominavam quase totalmente a infra-estrutura da agricultura, dos transportes e da administração. Os acontecimentos da madrugada de 24 para 25 de Abril de 1974 mudariam os rumos políticos de Portugal e anunciariam o fim da experiência colonial portuguesa em África. Em Angola, o fim da guerra colonial foi acompanhado por um acirramento da disputa entre os três movimentos de libertação nacional – MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) e UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola) – pelo controle do poder político no país a caminho da independência. Neste contexto uma sensação de rápida deterioração das condições de segurança logo acenderia o pânico entre a população branca. De fato, a movimentação de pessoas de Angola para Portugal, entre 1974 e 1976, refletiu, par e passo, o crescendo da violência que se instalou no território angolano até o limite de uma guerra civil generalizada.

1975 foi um ano denso em Portugal. Ano de muitas viragens e clarificações políticas, efeito colateral típico dos processos revolucionários. Neste contexto, o fenômeno da descolonização e o conseqüente repatriamento maciço das populações portuguesas das ex-colônias devem ser somados à lista dos acontecimentos mais relevantes do período pós-Revolução dos Cravos, quer do ponto de vista demográfico-social e econômico, quer no plano político. Portugal recebeu, no espaço de meses, uma massa de retornados que correspondia a quase dez por cento da sua população na altura, o que, de acordo com Guerra (2000: 100), constituiu um impacto brutal sobre uma economia frágil e vulnerável e uma situação política e social explosiva.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Coube aos órgãos do poder instituído a difícil tarefa de proporcionar os meios necessários à integração social e econômica de cerca de meio milhão de desalojados do «Ultramár português» de modo a minimizar os atritos sociais inevitáveis em situações deste tipo (Maranhão et alli, 1987:151). Apesar dos diversos programas governamentais de assistência, o regresso das tropas e dos civis portugueses que viviam nas ex-colônias agravaria a situação econômica e social vivida em Portugal, uma vez que contribuiu para aumentar o número de desempregados e piorar o déficit de moradias, fatos que alimentaram o clima de instabilidade política em vigor no país desde o imediato pós-25 de Abril de 1974 até as eleições parlamentares de Abril de 1976, que legitimariam os moderados no poder consolidando a implantação de uma democracia de caráter liberal que dialogava com os demais projetos políticos dos Estados da Europa Ocidental, sobretudo dos membros da então Comunidade Econômica Européia, da qual Portugal almejava vir a fazer parte.

Segundo Figueira (2007:75), a comunicação social não escapou ao clima efervescente do pós-25 de Abril. Considerando o contexto em questão e consciente de que os meios de comunicação social são poderosos aparelhos ideológicos cuja função é complexa e contraditória porque tanto contribuem para o controle e a reprodução social, como refletem as mudanças nos valores e nas identidades, a questão central a ser explorada neste trabalho é o papel dos meios de comunicação social no processo de reintegração social dos retornados em Portugal.

No turbulento período que se seguiu ao 25 de Abril de 1974, “os critérios de noticiabilidade, isenção e objetividade eram secundarizados face ao predomínio da esfera política sobre a esfera jornalística” (Figueira, 2007:89). Neste tempo em que a isenção, o rigor e a imparcialidade eram uma utopia, os jornais desempenharam um papel de combate e ação política, além de darem voz e espaço, de acordo com suas respectivas linhas político-ideológicas, aos diversos protagonistas da história. Neste contexto, que tratamentos jornalísticos foram dados aos retornados? Que forma(s) e autenticidade os jornalistas conferiram aos retornados ao transformá-los em personagens jornalísticas? Que se poderia captar e perceber a partir da informação e opinião que os meios de comunicação social veiculavam sobre os retornados?



Buscando responder a estas questões e a outras inquietações relacionadas ao que imagino ter sido parte da contribuição da mídia no processo de reintegração social dos ex-colonos portugueses que abandonaram Angola às vésperas da independência, apresento um primeiro ensaio de análise, em perspectiva comparada, de dois veículos da imprensa portuguesa: o *Diário de Notícias* (DN) e o *Jornal O Retornado* (JOR). Com uma tiragem que, no período que aqui será analisado, era superior aos 100 mil exemplares, o DN constituía um veículo de comunicação social cuja expressão e influência eram indiscutíveis. Como contraponto, o JOR, apesar de contar com tiragens que variavam entre 30 mil e 45 mil exemplares, representava uma forma diferente de pensar não só a questão dos retornados como a situação que atravessava o país.

Dos jornais:

O *Diário de Notícias* (DN)

Segundo Tengarrinha, o *Diário de Notícias* «é o mais antigo diário da imprensa portuguesa, foi o que iniciou o jornalismo moderno no país. Surgiu como um jornal popular de preço e estilo ao alcance de todos, essencialmente noticioso e sem filiação partidária». Contudo, a “objetividade” e a “imparcialidade” com que o DN se iniciou e pretendeu apresentar ao longo da sua existência, na verdade camuflavam habitualmente uma posição conservadora de apoio ao poder estabelecido (2006: 214-215).

Nacionalizado em Março de 1975, o DN apresentava-se, por isso mesmo, completamente identificado com as orientações do MFA e a linha ideológica do PCP (Figueira, 2007: 87). Segundo a leitura de Figueira, embora o DN fosse um veículo preponderantemente informativo, isso não significava a ausência ou secundarização do comentário ou da opinião. Pelo contrário, o jornal não dispensava de dar ao leitor a sua interpretação sobre as matérias que tratava. Sucedia que, a par dos espaços de opinião que publicava, o DN incluía nas notícias ou reportagens que realizava a sua própria opinião sobre a informação que estava a veicular. Assim o jornal condicionava e conduzia a leitura dos acontecimentos, de forma consciente, porque esse era o estilo que cultivava e essa era a sua forma de estar no jornalismo (Figueira, 2007: 96).



Neste trabalho analisarei a cobertura feita pelo DN às questões relacionadas ao retorno dos portugueses de Angola para a metrópole durante os meses de outubro e novembro de 1975, mais especificamente entre os dias 10 de outubro – data em que surgiu o *Jornal O Retornado* (JOR), que também será objeto de análise neste trabalho – e 11 de novembro de 1975, data da declaração da independência de Angola.

Após a leitura das edições do DN concernentes ao período supracitado foi possível identificar 35 referências aos retornados ou ao retorno dos nacionais. A maior parte desses artigos aparece na sessão intitulada *Descolonização* e, geralmente, transmitem comunicados do Instituto de Apoio ao Retorno dos Nacionais (IARN) ou têm o IARN como fonte (exclusiva) da informação noticiada. Tais comunicados ou matérias que têm origem a partir de informações dadas pelo IARN, em sua grande maioria, cumprem a função social de: divulgar avisos que facilitem o reencontro de familiares e/ou documentos perdidos; informar os locais e proceder para efetuar os trâmites burocráticos necessários à regularização da situação dos retornados no país, bem como para a obtenção dos auxílios oferecidos pelo governo; prestar contas do que vinha sendo feito pelo governo em favor dos retornados. Em resumo, quando se tratava de noticiar as ações do governo em relação aos retornados, os artigos ou notas publicadas no DN mantinham um caráter informativo, muito pouco crítico ou opinativo, apesar do tom geralmente positivo em relação à postura assumida pelo governo. Contudo, no DN a temática dos retornados também foi alvo de: um artigo de opinião assinado por Modesto Navarro; uma pergunta feita durante uma entrevista com Pereira de Moura (representante do Conselho Português da Paz e Cooperação) a propósito de sua participação no «Encontro de Solidariedade com Angola promovido pelo Conselho Mundial da Paz»; uma carta à redação, assinada pelo leitor Armando de Lacerda; uma nota oficiosa do Ministério dos Assuntos Sociais relativa à reunião com o secretário dos Retornados; e outros artigos não assinados que, de modo geral, não fazem referências explícitas às fontes das informações relatadas.

Com relação a estes ‘outros artigos’ publicados no DN, sem a citação da autoria ou mesmo das fontes consultadas, portanto de responsabilidade da direção do jornal, é perceptível a existência de uma “linha” ou orientação comum aos textos, visto que, majoritariamente, estes relatam, utilizando uma linguagem que estava longe de ser



neutra, uma associação (“comprovada”, “declarada”, suposta ou subentendida) dos retornados com forças ou movimentos «reacionários», «fascistas», «inimigos do povo» e da Revolução. Assim, a cobertura jornalística feita pelo DN sobre os retornados no período observado (re)produzia e enfatizava uma imagem negativa desses personagens associando-os ao antigo regime salazarista ou aos movimentos saudosos deste regime, ou ainda a episódios de desordem e até violência. Neste sentido, os títulos de algumas destas matérias são bastante ilustrativos: *Retornados atacam comunistas e socialistas em Valpaços* (DN, 22/10/1975, p.7); *Manifestação reacionária de grupo de retornados culmina com assalto à Casa de Angola* (DN, 27/10/1975, p.1); *Desmandos praticados por retornados* (DN, 27/10/1975, p.8); *Retornados tentaram desviar contentores destinados a Luanda* (DN, 30/10/1975, p.8); *Retornado de Angola incriminado de homicídio voluntário* (DN, 04/11/1975, p.4); *Retornados causam distúrbios no Porto* (DN, 08/11/1975, p.10); *As comemorações em Lisboa/ Festejada a independência na Casa de Angola/ Alguns retornados hostilizaram o M.P.L.A.* (DN, 11/11/1975, p.3).

Voltando ao artigo de opinião assinado por Modesto Navarro, vale trazer ao menos o seu sugestivo título, *Apoiar os explorados vindos de Angola*, para uma leitura mais pormenorizada. O uso da expressão *explorados* em substituição ao termo retornados é bastante significativa porque indica a linha ideológica do autor, que dialogava com a orientação política seguida pelo jornal que, por sua vez, espelhava o modelo adotado pelo governo em vigor encabeçado pelo bloco mais à esquerda do MFA. Quatro subtítulos justificam e/ou complementam a ideia apresentada no título principal do artigo. O primeiro deles traz a seguinte proposição: *Aproveitar o desespero para servir o fascismo e a F.N.L.A.* Aqui os atores destacados são os ditos «inimigos do povo» que se aproveitam do desespero das pessoas para agir. No trecho que acompanha este subtítulo de polaridade negativa o autor desenvolve a ideia de que aproveitar o desespero dos retornados para alimentar os movimentos reacionários era muito fácil. O subtítulo seguinte, *Vamos apoiar quem é honesto*, traz o texto de volta a um pólo positivo, ainda que com muitas cautelas porque, segundo o autor, no meio dos «trabalhadores honestos vindos de Angola» existiam também os «oportunistas». As insinuações negativas voltam ao texto acompanhando o subtítulo, *Vejam os altos burgueses que hoje se fazem amigos*. No trecho que se segue o autor aponta os culpados



pela situação existente em Angola e pelo êxodo em massa dos antigos colonos. Vale destacar um excerto:

A situação que hoje existe em Angola foi o resultado dos encontros do Sal e etc., das manobras de Spínola, de Mário Soares e Mobutu, conluiados com os EUA e companhia. O terem sido reconhecidos como movimentos de libertação a UPA-FNLA e a UNITA (colaboradora activa das tropas coloniais portuguesas contra o MPLA como se viu em tempos por cartas de Savimbi para comandantes portugueses e vice-versa, publicadas no «Diário de Lisboa»), foi o começo desta confusão e desordem, a base de morticínios como aconteceu em Nova Lisboa, ocupada por aqueles dois movimentos fantoches. O MPLA com uma descolonização inicialmente correcta, poderia ter ascendido mais cedo à posição que hoje detém no país quase livre que é Angola e este êxodo não teria acontecido em tão grande escala. (“Apoiar os explorados vindos de Angola”, *Diário de Notícias*, 16/10/1975, p.3)

O autor conclui o artigo indicando, mais uma vez, o que era necessário fazer, ou que atitude os leitores deveriam tomar, sugestão que se encontra resumida no último subtítulo do texto *Construir e libertar do imperialismo*. Para tanto, o autor convida os leitores a enfrentar «esta situação de regresso maciço de Angola» apoiando o MPLA e a independência de Portugal e Angola das potências imperialistas; e promovendo a «unidade com os portugueses explorados vindos de Angola».

Quanto à pergunta feita durante a entrevista com Pereira de Moura a propósito de sua participação no «Encontro de Solidariedade com Angola promovido pelo Conselho Mundial da Paz», o que faz dela um interessante objeto de análise é o fato de aparecer precedida pelo subtítulo *O problema dos Retornados*. A dada altura, o repórter que recolhia a entrevista, coloca a seguinte questão ao entrevistado:

«D.N.» – Passada em revista, de um modo geral, a situação de Angola e a aceitação e reconhecimento do MPLA como vanguarda revolucionária do povo angolano, gostaríamos de saber se, em Bruxelas [no Encontro de Solidariedade com Angola promovido pelo Conselho Mundial da Paz], o problema dos retornados foi analisado, digamos, como elemento de paz ou a outro nível. (“As autoridades portuguesas em Angola já não detêm a maior parte do poder”, *Diário de Notícias*, 21/10/1975, p.3)

Ao responder, Pereira de Moura sugere que a solução para o problema dos retornados estava em Angola ou, mais especificamente no MPLA que



não é um movimento de racismo, é um movimento no qual trabalham brancos em pé de igualdade com os africanos, e entende que, no estado atual de Angola, a presença dos brancos é absolutamente necessária. Por outro lado, reconhece com toda a franqueza que, embora tenha havido terríveis casos de exploração colonialista por parte dos brancos em Angola, também houve um grande contributo, por parte de muitos brancos, sobretudo gente mais humilde que foi daqui para lá trabalhar, não explorando, que beneficiaram durante muito tempo o avanço de Angola.

Assim, o MPLA sempre se opôs ao êxodo de Angola, apontando o erro do ponto de vista político e, inclusivamente, tem a esperança de que, logo que as pessoas se convençam que, realmente, conquistada a independência, as coisas correm bem, que muitas delas, sobretudo as que estão de mãos mais limpas e de coração mais puro, se disponham a regressar e a trabalhar pelo engrandecimento de Angola. (*idem*)

Deste trecho de entrevista é possível depreender que a saída dos portugueses de Angola era um problema tanto para Portugal como para a quase ex-colônia. Além disso, fica uma certa ideia de redenção da presença colonial, uma vez que até um dos movimentos de libertação, o MPLA, reconhece a importância da presença dos brancos para o desenvolvimento de Angola, apesar dos «casos de exploração colonialista», proposição que induz a pensar que a exploração colonialista teria ocorrido pontualmente. O apoio ao MPLA, movimento cujos princípios político-ideológicos estavam muito próximos da postura do MFA, é claro, assim como a ideia de que os retornados nunca deveriam ter saído de Angola e que o melhor que podiam fazer era disporem-se «a regressar e a trabalhar pelo engrandecimento de Angola».

A carta à redação é outro exemplo interessante da abordagem dada pelo DN à questão dos retornados. Apesar de assinada por um leitor que se assume enquanto um retornado de Angola, a decisão pela sua publicação e a escolha do título que a apresenta – *Apelo de um retornado: «Juntemo-nos para ajudar a construir um Portugal novo»* – é de inteira responsabilidade do jornal. Não por acaso, a carta-apelo publicada pelo DN convoca os demais retornados a colaborar com o governo, conforme o seguinte excerto:

Juntemo-nos, sim, para trabalhar, para tentar encontrar soluções que ajudem o Governo a resolver o nosso problema, mas dentro do contexto geral da sociedade, sem nos esquecermos de que não existe, apenas, o nosso problema, mas há, infelizmente, o dos inúmeros desempregados que já



existiam em Portugal, o dos mutilados de guerra, etc., etc. (“Apelo de um retornado: «Juntemo-nos para ajudar a construir um Portugal novo»”, *Diário de Notícias*, 28/10/1975, p.13)

Nas entrelinhas desta carta percebe-se o apoio ao governo e ao processo de descolonização em curso. Sua publicação reforça o papel exercido pelo DN desde a sua nacionalização, que o transformou num meio de comunicação social ao serviço do MFA e do «Povo».

O Jornal O Retornado (JOR)

À primeira vista o periódico de publicação semanal *Jornal O Retornado* assemelha-se muito aos jornais e revistas ditos tablóides “sensacionalistas” ou “populares”, com seus títulos chamativos e uma quase excessiva apresentação de imagens, sobretudo fotografias, dentre as quais algumas retratam cenas bastante chocantes. Este padrão repete-se em todos os seis primeiros números do JOR que serão aqui analisados, tendo em vista que estes são os exemplares que abarcam o recorte temporal deste trabalho.

Tendo em vista que, apesar da periodicidade semanal, todas as 16 páginas dos seis primeiros números do JOR eram inteiramente dedicadas à temática dos retornados, e dada a dimensão reduzida deste trabalho, optei por centrar a análise nos editoriais, intitulados *Fundo*. Opção consciente de que “a leitura de editoriais envolve usualmente formação de opiniões não só sobre o que é dito, mas também sobre o escritor ou o jornal” (van Dijk, 2005: 193) e de que

um editorial pode funcionar como uma crítica e um conselho para grupos específicos (frequentemente elites) ou instituições e envolver por isso relações (de poder) entre os *media* e os escritores dos *media* por um lado, e esses outros grupos, por outro. Este contexto também define a dimensão ideológica dos atos de fala envolvidos (van Dijk, 2005: 221).

Entretanto, apresentarei também a leitura de alguns outros artigos que julguei extremamente significativos no que diz respeito ao exercício do poder simbólico e persuasivo do discurso veiculado através de um meio de comunicação social.

Um dos argumentos acionados por Arthur Ligne, fundador e diretor do JOR, para justificar a criação do semanário foi a necessidade de «constituir veículo



intemerato na defesa justa dos anseios e interesses dos regressados do Ultramar ou ex-colônias» (“Fundo”, JOR, 10/10/1975, p.1) e criar um espaço onde os retornados pudessem se defender dos insultos publicados em outros periódicos. Uma vez que, como afirmava um texto assinado pela redação do JOR, à tragédia dos retornados «acrescem-lhe as sistemáticas insinuações feitas por certos órgãos de comunicação social que pretendem dividir portugueses, atirando-os uns contra os outros.» (“Dividir Portugueses é Crime”, JOR, 10/10/1975, p.9).

A princípio o JOR não declara nenhuma filiação política e, algumas vezes, publica textos que parecem rechaçar o envolvimento com a política, caso do seguinte artigo de opinião assinado por Jorge Ramos:

Neste artigo só trabalharemos num apelo que desde já lançamos a todos os retornados, no sentido de não alinharem na política. Digamos em unísono: Não à política. De contrário seremos como «eles».

«Eles» foram os homens que, encaminhados pela «sua» política, nos «levaram» a tal desesperante como incrível, e até ridícula situação. [...]

Dizem que somos REACIONÁRIOS e quejandos!

Provemos o contrário.

Como tais afirmações são falsas, facilmente o conseguiremos.

Através da negação formal em participar, apoiar ou criticar seja o que for relacionado com política, e, pelo contrário procurar por todos os meios TRABALHAR, provaremos ao Mundo que não nos chamamos reacionários e falsos, nem nada semelhante. (“POLÍTICA? NÃO!”, *Jornal O Retornado*, 10/10/1975, p.12)

Não obstante, a postura política expressa nas entrelinhas da esmagadora maioria dos textos publicados no JOR tendia para a direita ou, na linguagem da época, para o campo dos «reacionários». Tal postura fica subentendida pela presença de inúmeras críticas aos responsáveis pela governação e, conseqüentemente, pelo processo de descolonização, além dos vários comentários de teor nitidamente anticomunista que eram recorrentes nas páginas deste semanário. Nem o artigo-apelo de Jorge Ramos consegue ser apolítico, haja vista as referências negativas associadas a «eles», isto é, aos responsáveis pela Revolução dos Cravos, pela descolonização, e pelo governo de Portugal na altura em que o artigo foi publicado. No primeiro número do JOR a direção do semanário declarava-se disposta a responsabilizar os «traidores» da Nação, que antes do 25 de



Abril era indissociável do Império, os «culpados» pela «descolonização do Ultramar [...] feita nas costas das respectivas populações». Ou seja, ainda que não levantasse nenhuma bandeira partidária, as inclinações ideológicas da direção contaminavam claramente os textos noticiosos e/ou de opinião publicados no JOR.

No editorial do segundo número do JOR é marcante a insistência na necessidade da divulgação da «verdade» sobre os retornados:

Urge – e já tarda! – um amplo movimento de opinião pública tendente a esclarecer as grandes massas populares acerca das realidades, virtudes e defeitos, dos ultramarinos, agora «retornados», em consequência e nas circunstâncias do conhecimento geral.

A imagem criada ao «regressado» é, infelizmente, falsa. [...]

Dessa imagem distorcida, criada propositadamente em certos meios para lançar portugueses contra portugueses, sem resultado, uma imerecida, por injustificada, hostilidade.

O «retornado» mais não foi, na sua esmagadora maioria, do que um explorado. Para amealhar alguns cobres (que acabou por perder) o que hoje é «retornado» trabalhou de «ver a ver». Isto é, de sol a sol. Passou privações, que só os que viveram no Ultramar podem e sabem avaliar.

Não é, pois, honesto nem coerente que se hostilize ou se mostre rancor ou azedume para com os «retornados», violentamente traumatizados não só pela guerra, como ainda pelos saques, prisões arbitrárias, espancamentos, violações, humilhações a que foram sujeitos.

Não é verdade que o «retornado» tenha explorado o negro, [...]

A demagogia barata, intensional, explora habilmente, o atraso do povo. Mas não é, nunca foi nem será agora, esse o processo indicado para impor uma ideologia ou filosofia política, porque a verdade acaba por vencer.

Vamos mostrar aos nossos compatriotas que «nem tudo o que luz é ouro». Por outras palavras, nem tudo o que se diz ou se escreve sobre os retornados é verdade. (“Fundo”, *Jornal O Retornado*, 17/10/1975, p.1)

Após a leitura deste editorial subentende-se que a “verdade” era que: os retornados vinham sendo alvo de calúnia e difamação, o que alimentava um clima de hostilidade do restante da população portuguesa em relação a estas pessoas; os retornados não eram mais do que grandes vítimas, explorados por terem trabalhado muito nas colônias, sem explorar os negros, para juntar as economias que acabaram por perder, traumatizados não só por terem vivido a guerra, mas também pelos atentados



sofridos contra o seu patrimônio e as suas pessoas. Como toda verdade, esta “verdade” veiculada pelo JOR era parcial e estava comprometida com uma postura ideológica, portanto, servia aos interesses de um grupo em disputa pelo poder e pelo rumo político a dar ao país no rescaldo do 25 de Abril de 1975.

Neste mesmo número do JOR encontra-se o artigo de opinião, assinado por M. Martins em resposta ao artigo de opinião assinado por Jorge Ramos, que vale destacar:

É fundamental que o Retornado/Refugiado faça urgentemente Política para juntar à nossa melhor compreensão do seu tremendo problema a experiência fundamental do que foi o 25 de Abril em Portugal, na sua real verdade na crueza das suas conseqüências mais dolorosas.

[...]

É obrigação estrita de todo o Português – o que cá ficou, o que para cá regressa e o que a nós exige ser tido como igual – dizer, aqui e agora, POLÍTICA, SIM; POLÍTICA, SIM. (“Política?... Não! M. Martins responde a J. Ramos”, *Jornal O Retornado*, 17/10/1975, p.8) [grifos meus]

Um aspecto que chama a atenção neste texto é a associação do termo «refugiado» com o fenômeno do retorno dos nacionais. Associação problemática tendo em vista que o termo em questão corresponde a uma definição legal desenvolvida no contexto da Segunda Guerra Mundial para designar os estrangeiros vivendo numa relação especial com os países que os recebem como resposta às perseguições sofridas em seus países de origem. Os retornados eram cidadãos portugueses, logo, não podiam ser considerados refugiados em Portugal. O uso do termo «refugiados» neste artigo reforça a ideia de que os retornados eram vítimas de guerra e de que tinham fortes vínculos com Angola, sem por isso menosprezar o vínculo com Portugal, pelo contrário.

Outro aspecto a destacar é o enfoque dado à necessidade do envolvimento político dos retornados para denunciar as conseqüências negativas (indicadas pelo uso do adjetivo *dolorosas*) do 25 de Abril. Tal envolvimento é encarado como um dever patriótico, a ser assumido como uma estratégia para restaurar a nação. Mesmo não sendo explícita, o tom saudosista do texto e a mágoa em relação aos efeitos do 25 de Abril indicam a orientação ideológica do autor em diálogo com a postura do JOR.

É com «profundo desgosto» que o editorial do terceiro número do JOR constata que já não havia condições para os portugueses permanecerem em Angola porque a



«Paz mundial» encontrava-se ali «perigosamente ameaçada». Ameaça «tanto mais evidente quando encarada [...] pelo prisma concreto e realista em que se gera[va] e se situa[va] todo o contexto do conflito armado desenvolvido naquele Território: O ódio tribal e o ódio ao branco.» Depois de reduzir a guerra civil que se ensaiava em Angola durante o período do governo de transição para a independência a um problema de tribalismo e racismo, o editorial continua:

Enquanto se pretende que o tempo passe milhares de brancos e negros são vítimas desse processo. E todas as desculpas apresentadas ao Povo para «sacudir a água do capote» não adiantam. O ignominioso ato *fecundado* por meia centena de... *bons vivans* mas de *políticos amadores* com pretensões a revolucionários não pode, nem há-de ficar impune – diz o Povo.

Até que ponto Portugal, melhor, o Governo Português e o Conselho de Revolução poderão ficar alheios ou indiferentes perante a hecatombe que destruiu um País?

A pergunta é pertinente e carece de resposta antes que qualquer desagradável surpresa ultrapasse o tempo para ela ser dada. É que os relógios de África andam mais depressa. (“Fundo”, *Jornal O Retornado*, 24/10/1975, p.1)

O estilo da linguagem utilizada neste editorial assemelha-se à linguagem quotidiana e popular comum aos tablóides. O processo de descolonização e os seus responsáveis são veementemente criticados em nome do «Povo», como se um semanário com uma tiragem de 30 mil exemplares tivesse representatividade para tanto. A perda de Angola é associada a «hecatombe que destruiu o País». Ideia que era bastante comum entre os salazaristas que acreditavam que Portugal não poderia existir sem as suas colônias. A conclusão do texto é em tom de ameaça, marcando a existência de uma feroz disputa política em torno da questão colonial mesmo às vésperas da sua resolução final, agendada para o dia 11 de novembro de 1975, quando seria declarada a independência de Angola.

Enquanto o *Diário de Notícias* declarava todo apoio ao MPLA e reconhecia a legitimidade da luta e do direito do povo angolano à independência, o editorial do último número de outubro do JOR ia num sentido completamente oposto. Vale destacar aqui o primeiro e o último parágrafos daquele texto:



A captação das massas populares por movimentos emancipalistas ou libertadores de África baseou-se, fundamentalmente, em simples mais aliciantes e alienantes promessas que se resumiam na transferência dos bens privados dos cargos de chefia e conseqüentes benefícios usufruídos pelos «colonialistas» brancos, para os cidadãos negros, naturais do território.

[...]

Com o inevitável êxodo da etnia branca desmoronou-se a economia e todas as estruturas dela dependente. Paralelamente, a Administração Pública foi-se diluindo e deu-se o caos. No caso concreto de Angola a paralização era, nos moldes em que decorreu o processo de descolonização, inevitável. Da pujança econômica, esse Território, passou a uma crise que o debilitará por longos anos, agudizando nestes últimos meses uma situação de fato que o obrigará a dependência de terceiros, mantendo apenas uma independência teórica. («Fundo», *Jornal O Retornado*, 31/10/1975, p.1)

Ainda que não identificados, o que também poderia significar uma forma de menosprezar o seu papel político, os movimentos nacionalistas africanos são descritos como mentirosos e manipuladores das populações nativas. Além disso, na opinião expressa neste texto, o resultado do processo de descolonização em curso não seria a independência concreta de Angola porque este «Território» não teria condições de funcionar autonomamente sem a presença dos brancos. Se no editorial anterior o argumento principal era o de que Portugal não sobreviveria sem Angola, neste temos a apresentação do complemento dessa ideia na aposta de que a reciprocidade seria verdadeira e de que, portanto, Angola não sobreviveria sem os portugueses.

O editorial do primeiro número do JOR no mês de novembro afirmava:

É necessário dizer a verdade com coragem. Coragem que escasseia a muitos e não a nós, «retornados» ou deslocados, vítimas da ambição desmedida de alguns políticos que sem respeito pelos mais elementares direitos que nos assistem como cidadãos portugueses e contra todos os princípios democráticos decidiram, nas nossas costas, de nossas vidas e bens, atraçoando-nos vergonhosamente.

[...]

Envergonha-nos uma certa estirpe de indivíduos que se dizem políticos e revolucionários mas que mais não são do que meros «bonecos articulados» manejados habilmente por mãos estranhas aos interesses de Portugal. A revolução, a que aderimos, não é a revolução que se verifica. E ser



revolucionário progressista não é – nem será porque o Povo não o desejará –
atraícoar os verdadeiros interesses morais e materiais de Portugal. Este e os
interesses comunitários da Nação devem ser colocados acima de todas as
ideologias políticas. Antes de tudo os portugueses devem – e tem de ser! –
portugueses.

É assim que pensam os «retornados» e por isso, chamam-nos de
reacionários. Mas... quem serão, efetivamente, os reacionários?

... Acaso não serão os *demagogos de saldo* e seus acólitos que colocam à
frente dos interesses nacionais as conveniências de grupos e ou partidos?

[...] (“Fundo”, *Jornal O Retornado*, 07/11/1975, p.1) [grifos meus]

Os trechos em destaque chamam a atenção para o que estava em disputa: o rumo político de Portugal no *Período Revolucionário em Curso*. Cabe lembrar aqui do momento histórico em que este texto foi publicado. Desde Agosto de 1975 evidenciava-se uma grande divisão entre os militares que afetava o Conselho da Revolução e minava a autoridade do governo. As críticas ao bloco mais à esquerda do MFA cresciam e davam lugar ao aumento das forças políticas mais moderadas. É ao bloco dos moderados que o JOR declara aliança neste editorial.

O último editorial a merecer atenção no âmbito deste trabalho data do dia 14 de novembro de 1975. O texto apresenta uma leitura crítica do processo de descolonização que, de acordo com a perspectiva nele apresentada, excluiu os colonos das negociações políticas, deixando-os sem força para garantir o lugar que acreditavam lhes pertencer por direito e obrigando-os ao êxodo. Situação que justificaria a previsão de um futuro tenebroso para Angola. Quanto aos retornados, o editorial continua enfatizando a condição de grandes vítimas dessas pessoas, tanto do processo de descolonização como das calúnias e difamações levantadas e fomentadas por «certos veículos de comunicação social de Portugal». Para além da vitimização e da defesa do caráter justo das reivindicações e protestos dos chamados retornados, aparece uma ideia “nova”, a de que «aos desalojados ultramarinos lhes está[va] reservado um papel transcendente, uma missão decisiva, no futuro deste País, que a História registrará e os fatos o irão demonstrar.» (“Fundo”, *Jornal O Retornado*, 14/11/1975, p.1). Encerrando o texto fica registrado o lembrete de que era obrigação do governo garantir a «total reintegração dos ‘retornados’ e desalojados na sociedade portuguesa». O JOR estaria ali para cobrá-lo.



Considerações finais:

A (re)inserção dos retornados das antigas colônias portuguesas em África, geralmente, tem sido louvada como um inquestionável sucesso porque os ex-colonos teriam sido rápida e positivamente absorvidos pela sociedade metropolitana. Mas nem sempre o processo de (re)integração dessas pessoas foi bem sucedido. Embora constituindo uma franja minoritária, houve uma parte da população repatriada que sofreu processos de marginalização econômica e social. A percentagem de retornados desempregados, em particular à procura de novo emprego, era, em 1981, cerca de duas vezes superior à dos portugueses em geral (Pires, 2000: 194). Além disso, no início da década de 1980 cerca de 10 mil retornados (re)emigraram (Pires, 2000: 184), o que parece indicar a ocorrência de experiências negativas de tentativa de (re)integração na sociedade portuguesa.

Conhecendo estes dados e depois da breve análise dos dois jornais aqui apresentada, a ideia de uma rápida e positiva assimilação dos retornados torna-se ainda mais questionável. A persistência do *Jornal O Retornado* no mercado editorial português por 7 anos também é um fator que contribui para a sensação de desconfiança em relação à agilidade e ao sucesso da experiência de (re)integração dos retornados na sociedade portuguesa.

Ao refletir sobre o papel da mídia no processo de (re)integração dos retornados na sociedade portuguesa, vale recorrer à perspectiva de Mendes sobre a complexa relação entre os meios de comunicação de massas e a construção dos públicos. Relação esta que é marcada por dinâmicas de poder e permite definir espaços e processos de cidadania, de visibilidade e invisibilidade de causas, projetos e trajetórias (Mendes, 2004: 147). Quanto aos retornados, os meios de comunicação jogaram, como sempre, um papel fundamental na definição daquilo que o público deveria tomar em conta e aquilo que deveria ignorar. Neste sentido o DN corroborava a postura do governo publicando todos os comunicados do IARN e outras notas oficiais relacionadas aos retornados, defendendo e divulgando as ações de ajuda aos que, tendo voltado das antigas colônias, encontravam-se desamparados, mas também criticando veementemente aqueles que se manifestavam contrários aos rumos da descolonização



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

e/ou do *processo revolucionário em curso*. Em contrapartida, o JOR fazia uso do “direito de resposta” às críticas publicadas nos outros meios de comunicação portugueses. Enquanto um meio de comunicação alternativo, ao centrar a atenção no problema dos retornados o JOR veiculava uma temática que transgredia a gramática hegemônica (centrada na revolução e no futuro do país, renegando o passado recente dos portugueses) e explorava o dilema mal resolvido da identidade nacional/colonial portuguesa impedindo assim que este desaparecesse da cena política tão rapidamente como gostariam de crer alguns portugueses. De fato, o “fantasma do império” continua a assombrar os esforços de reconstrução da identidade nacional portuguesa na pós-colonialidade (Ribeiro, 2004). Mas este assunto já é tema para outro trabalho.

Fontes:

JORNAL O RETORNADO
DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Referências Bibliográficas:

Figueira, João (2007), *Os jornais como actores políticos. O Diário de Notícias, Expresso e Jornal Novo no Verão Quente de 1975*. Coimbra: Edições MinervaCoimbra.

Guerra, João Paulo (2000), *Descolonização Portuguesa – O Regresso das Caravelas*. Lisboa: Círculo de Leitores, (1.ª edição, 1996).

Maranhão, M. José et alli (1987), *Os retornados: um estudo sociográfico*. Lisboa: IED – Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.

Mendes, José Manuel de Oliveira (2004), “Media, públicos e cidadania: algumas notas breves”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 70, 147-158.

Pires, Rui Pena (2000), “O regresso das colónias”, in Bethencourt, Francisco e Chaudhuri, Kirti (dir.), *História da Expansão Portuguesa, volume 5 – Último Império e Recentramento (1930-1998)*. Lisboa: Temas e Debates, pp. 182-196.

Ribeiro, Margarida Calafate (2004), *Uma História de Regressos: Império, Guerra Colonial e Pós-colonialismo*. Porto: Edições Afrontamento.

Tengarrinha, José (2006), *Imprensa e Opinião Pública em Portugal*. Coimbra: Minerva.

Van Dijk, Teun A. (2005), *Discurso, Notícia e Ideologia: Estudos na Análise Crítica do Discurso*. Porto: Campo das Letras.